



Eleição Câmara dos Deputados e Senado Federal

Na quarta-feira (1), o Congresso Nacional procederá com a abertura da 57ª Legislatura, com início em 1º de fevereiro de 2023 e término em 31 de janeiro de 2027. Na ocasião, haverá a posse dos parlamentares eleitos em 2022, bem como a realização da sessão preparatória para a eleição da Presidência e da Mesa Diretora das respectivas Casas Legislativas. Os eleitos comandarão o Senado Federal e a Câmara dos Deputados por dois anos, durante as duas primeiras Sessões Legislativas. É vedada a recondução do presidente de cada Casa Legislativa na mesma legislatura, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.524/DF.

Análises

Os dois presidentes, das respectivas Casas Legislativas, concorrem à reeleição, apresentando situações bem distintas. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), conta com apoio massivo dos parlamentares que serão empossados. O parlamentar conduz um processo eleitoral confortável, atraindo votos por meio do controle que exerce frente ao colégio de líderes. Lira tem perfil centralizador e conta com reconhecida capacidade de diálogo e composição com os parlamentares do Centrão. O parlamentar liderou na última sessão legislativa os dispêndios diretos das emendas do relator, o chamado Orçamento Secreto.

A dada como certa reeleição do líder dos Progressistas atraiu a atenção do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais Alexandre Padilha (PT/SP), que participa ativamente da composição do bloco de apoio ao parlamentar. O Planalto acenou à Lira com a possibilidade de acomodação da base aliada do Progressista nas posições de destaque da Mesa Diretora e das

Comissões Permanentes, cargos diretivos e administrativos, que executam os contratos administrativos da Casa, bem como indicações aos terceiro e quarto escalões da Esplanada. Declarações prestadas por Padilha à imprensa, nesta semana, revelam o tom de conciliação, o que concederá maior conforto na votação do dia 1/2. O concorrente de Lira é o deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), que deverá atrair a ala parlamentar que enfrentou com afinco os aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

A negociação do Partido dos Trabalhadores com Lira é de que o parlamentar deverá apoiar um candidato da base orgânica do partido à eleição da Casa na próxima eleição, após o término da segunda Sessão Legislativa (2025), o que coincidirá com o final do mandato presidencial de Lula. Já o Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), atual presidente do Senado, encontra maiores dificuldades. O senador tem a preferência do governo e comanda a ala moderada da Casa, aplicando em sua campanha um discurso de conciliação e cooperação entre os poderes. Apoio do STF e do atual comando das Forças Armadas, ainda que não oficiais, fortalecem a candidatura de Pacheco. Do outro lado, o Senador Rogério Marinho (PL/RN), ex-ministro do Desenvolvimento Regional do Governo Bolsonaro, parece liderar a frente mais conservadora do Congresso. Marinho conta com o apoio do PL, PP e Republicanos, o que atrai o voto projetado de aproximadamente 20% dos empossados. Marinho conseguiu agregar votos de senadores que se opõem à permanência de Davi Alcolumbre (União-AP) à frente da Comissão de Justiça, Justiça e Cidadania (CCJC). O Senador Amapaense já se manifestou publicamente como interessado em voltar ao comando do Senado e a respectiva Comissão lhe dará visibilidade e capital político para voltar ao comando da Casa.

O vitorioso à presidência do Senado dará a cadeira principal do Congresso Nacional, acumulando funções e assumindo papel decisivo nas votações mais relevantes, de interesse direito do Planalto: a votação de PECs e MPs, além da abertura de créditos suplementares e indicações para ocupar a direção de órgãos da Administração Direta, Autarquias, Embaixadas e postos no Judiciário.

A presidência de uma das Casas comandada por partido de oposição ou coligações parlamentares que realizarão oposição ativa ao governo federal impedirá avanços nas pautas econômicas, a execução de obras, políticas públicas centrais e indicações de postos de comando pelo Planalto. Dentre a avaliação de risco de uma possível vitória de Marinho está à ameaça de

instalação de CPIs, a convocação exauriente de Ministros de Estado e executores de políticas, mediante Requerimentos de Informação, e a votação de proposições que visam derrubar decretos presidenciais, engessando as políticas de desenvolvimento. Exemplos de ações que poderão ser prejudicadas destacam-se a realização políticas de desoneração de setores chaves como de logística e engenharia; aprovação de subsídios de obras do Programa Minha Casa Minha Vida - que já foi anunciado pelo presidente Lula (ainda que sem a modelagem normativa e executória) -; o Programa Mais Médico e outras políticas centrais, como: a retomada da política de demarcação de terras indígenas, a criminalização e combate aos garimpos ilegais e a política desarmamentista. Uma vitória de Pacheco, por outro lado, dará margem de manobra para colocar aliados fiéis ao Planalto no comando das principais Comissões Permanentes e Temporárias da Casa, bem como permitirá maior conforto para executar manobras regimentais, que comumente visam evitar a tramitação no Plenário de proposições polêmicas, como Destaques, Emendas de Redação e Requerimentos de Voto em Separado, que precisam de acordo com o colégio de líderes, conduzido pelo Presidente da Casa.

Como funciona a eleição?

De acordo com o Regimento Interno, os cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados são escolhidos por eleição direta. Contudo, é de praxe que os parlamentares se reúnam por meio de acordos políticos que priorizam a indicação do Presidente eleito.

Nesse caso, é possível que haja oposição, dado que os blocos parlamentares de PSOL e dissidentes da ala majoritária procurem demonstrar força, o que resultaria em candidaturas avulsas, que podem mudar a configuração da Mesa Diretora.

No Senado Federal, o Regimento Interno prevê eleições diretas de todos os cargos da Mesa Diretora, não havendo tradição de acordos costurados pelo Presidente, impedindo candidaturas avulsas. Até 2019, a escolha de quem ocuparia os cargos era feita de acordo com a proporcionalidade partidária, em razão do número de eleitos de cada sigla e bloco parlamentar. A dinâmica mudou durante o mandato do ex-presidente Davi Alcolumbre (União-AP). Assim, a previsão é de que na quinta-feira, após a eleição para presidente do Senado, seja realizada eleição direta para os demais cargos da Mesa.